



A DIVERSIDADE NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE FUNDAMENTOS LEGAIS E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Marcela Santos de Jesus¹

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados de uma proposta de intervenção pedagógica realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), uma creche pública situada no município de Itabuna, Bahia. A ação foi desenvolvida no contexto da pesquisa de especialização vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com a Superintendência de Educação a Distância (SEAD) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), no polo de Itabuna-BA, entre os anos de 2023 e 2024.

O objetivo desta pesquisa foi compreender a importância de desenvolver uma educação antirracista a partir da literatura afrocentrada, especificamente nas turmas de Educação Infantil do Grupo 3, de uma unidade escolar pública no município de Itabuna-BA. Para tanto, o estudo se deu mediante a formação e o letramento racial de toda a comunidade escolar, incluindo docentes e crianças negras. Nesse contexto, nossas interrogações se orientaram a compreender: de que maneira as práticas das professoras do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) contribuem para a construção da identidade das crianças negras? Além disso, buscou-se entender como os acervos afrocentrados podem ser utilizados como ferramentas na promoção de uma educação antirracista.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, conforme Minayo (2001), foi realizada com duas turmas do Grupo 3 da Educação Infantil, compostas por 30 crianças de três anos, matriculadas em período integral. As turmas foram acompanhadas por duas professoras regentes: uma delas, residente no bairro

¹ Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Ilhéus/BA. Professora da Rede Municipal de Itabuna/BA. Especialista em Alfabetização e Letramento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: cellstos2016@gmail.com.

e servidora efetiva da rede municipal, e a outra, pesquisadora, com trajetória militante na área da Educação Infantil. A instituição foi selecionada por sua relevância no município de Itabuna-BA, sendo referência em Educação Infantil e integrante do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), destacando-se ainda pelo forte envolvimento da comunidade escolar.

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil passou a ser reconhecida como política social universal, voltada à formação integral do estudante e à promoção da igualdade, qualidade e respeito à diversidade (Negreiros, 2017). Com a redemocratização, nos anos de 1980, o Brasil passou a consolidar princípios educacionais voltados à inclusão.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394/96) garantiram o direito à Educação Infantil para crianças de 0 a 5 anos (Brasil, 1996; 1988). Destaca-se, nesse contexto, a importância de reconhecer a diversidade entre as crianças, especialmente as afrodescendentes, e dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados, como indígenas, filhas de escravizados e de senhores de engenho (Oliveira, 1999).

Nos últimos anos, a emergência de uma educação antirracista ganhou destaque, alcançando grande visibilidade na mídia. Isso porque o debate sobre a necessidade de instrumentos para entender a dinâmica racial é o primeiro passo para se adotar atitudes antirracistas, temática que têm se tornado cada vez mais relevante na atualidade. É nesse contexto que o conceito de Letramento Racial (LR) foi formulado, em 2003, pela antropóloga afro-americana estadunidense France Winddance Twine, com o objetivo de romper com o racismo velado, operado pelas identidades raciais brancas.

A educação antirracista promove uma compreensão crítica das relações raciais e contribui para uma sociedade mais igualitária. Incorporar o letramento racial na prática docente permite formar, com as crianças, uma consciência sobre essas dinâmicas e adotar estratégias que enfrentem o racismo. Para Souza (2011), o letramento racial vai além do reconhecimento das diferenças, ao permitir a crítica às estruturas de poder que sustentam o racismo.

Na visão de Soares (1988), “letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 1998, p. 72). O letramento racial surge, então, como uma ferramenta pedagógica fundamental para promover a inclusão, o respeito e a valorização das diferentes étnicas, com um foco especial na visibilidade das crianças negras.

O LÓCUS DA PESQUISA

Na vivência realizada na escola entre os anos de 2023 e 2024, junto às crianças do Grupo 3 e aos profissionais da instituição, identificamos a carência de acervo literário. Essa carência, por sua vez, impacta a formação dos professores e indica pautas relevantes para serem discutidas pela Comunidade Escolar, demonstrando o envolvimento e o conhecimento das questões da escola por parte de todos os seus membros.

O Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) foi criado por meio do Decreto Municipal nº 2.132, publicado no Diário Oficial em 19 de agosto de 2009, e teve seu funcionamento autorizado pela Resolução CME nº 074/2011, publicada em 19 de julho de 2016. Atualmente, ele é reconhecido como um espaço educativo de destaque na comunidade, pois foi planejado e construído com o objetivo de promover o cuidado e a educação integral de crianças pequenas.

No momento, o CMEI atende a um total de 234 crianças, as quais estão distribuídas em: cinco turmas na Creche, destinadas a crianças com idades entre 02 e 03 anos e 11 meses, em período integral; e oito turmas na Pré-escola, compreendendo alunos de 04 e 05 anos e 11 meses, em período parcial, nos turnos matutino e vespertino.

Na unidade escolar, o quadro de professores é composto por sete educadoras que atuam na Educação Infantil na Creche e possuem somente formação em Pedagogia. Destas, quatro são efetivas e três são prestadoras de

serviço temporários, contratadas por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (Redas). Desse total, duas professoras efetivas possuem curso de pós-graduação em Psicopedagogia e Gestão, e a terceira é a pesquisadora, com Mestrado em Políticas Públicas.

Justificamos o estudo como uma possibilidade de compreender as questões em torno da educação antirracista a partir de nossa própria infância, o que nos fez reviver este espaço educativo. Nesse movimento, percebemos que este grupo de professores não tinha formação específica para abordar as questões afrocentradas no âmbito escolar, nem acesso aos acervos que deveriam existir na escola. Daí, constatamos que a prática de participação de toda a comunidade escolar abre caminhos à aprendizagem de estratégias de negociação, à elaboração de ideias e discursos, configurando-se, assim, em um potencial de aprendizado político de todos/as, que forma e prepara o sujeito político para a deliberação, decisão e ação (Vieira *et al.*, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que pensar a literatura infantil afrocentrada no contexto das relações étnico-raciais favorece o desenvolvimento integral das crianças. Além disso, essa abordagem é também uma forma de enriquecimento para a representatividade, a diversidade e a inclusão.

O resultado das discussões e da pesquisa foi o de ampliar, dentro da Instituição, o movimento de busca por Acervos Afrocentrados, que podem ser adquiridos pela comunidade escolar, por professores, por famílias e pelas crianças. Com isso, buscamos contribuir e refletir com os professores e as professoras do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) sobre estratégias de ensino que possibilitem a inclusão de acervos literários afrocentrados e ações práticas que reforcem a importância do letramento racial em seus planos de aula. Desse modo, consideramos importante realizar a construção de uma sequência didática e possibilitar a distribuição de Cadernos de Apoio para cada



professor do Grupo 3, objetivando, também, ampliar essa ação para as demais docentes da unidade escolar e das escolas do município de Itabuna-BA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html)

[outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 6 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez.

1996. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html.

Acesso em: 12 jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGREIROS, D. F. Educação das relações étnico-raciais: análise da formação de docentes por meio dos programas Uniafro e africanidades. **Revista**

Planejamento e Políticas Públicas (PPP), Brasília, DF, n. 48, p. 115-135,

jan./jun. 2017. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7987>.

Acesso em: 24 ago. 2024.

OLIVEIRA, I. de (org.). **Relações Raciais e Educação**: alguns determinantes. v. 1. Niterói: Intertexto/Cadernos PENESB, 1999.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de Reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

VIEIRA, E. P.; JESUS, M. S. de; SILVA, V. P. Conselho escolar? Os desafios na construção da gestão democrática em uma escola de Ilhéus/BA. **Revista Pró-**



Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica, Vitória, ES, v. 22, n. 1, p. 35-57, jan./jun. 2016.